

1 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO  
 2 CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
 3 AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF  
 4

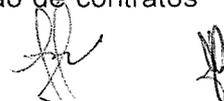
5 ATA DA 82ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 26/06/2018

6 Proposta Pauta:

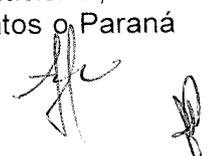
ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura <b>George Hiraiwa</b>
3	8.40	Aprovação da ata da 81ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura <b>George Hiraiwa</b>
4	8.50	Informes da Secretaria Executiva do CEDRAF	<b>Miriam Fuckner</b>
5	9.10	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura <b>George Hiraiwa</b>
6	9.40	Resultados do Programa Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar	<b>Miriam Fuckner</b>
7	10.20	Alterações na Operacionalização do Crédito Fundiário	Márcio Silva – SEAB/ Câmara Técnica de Crédito Fundiário
8	10.50	Proposta de Minuta de Decreto para regulamentação da Lei 17.190/2012 que dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná	Cláudio Luiz G. Marques - Câmara de Agroecologia
9	11.20	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura <b>George Hiraiwa</b>
10	12.00	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura <b>George Hiraiwa</b>

7 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezoito, realizou-se a Octogésima  
 8 Segunda reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto Emater, no município de  
 9 Curitiba – Paraná. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes dezoito conselheiros e  
 10 dez convidados. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Maiko Zanella – OCEPAR, Maria  
 11 Izabel Guimarães – SEBRAE, Alzmiro Thomé – CRESOL, Luís Alfredo Slusarz – REDE  
 12 ECOVIDA, Lauro Krcezanoski – FEPAR, Luiz Vanderlei Kawa – AMEPAR, Claudio Luiz  
 13 G. Marques – Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica, Bernardo Vergopolen –  
 14 FETRAF, Amadeu Bonato – DESER. **Conselheiros do Poder Público:** Rogério  
 15 Rodrigues – INCRA, Vera Lúcia Ferreira – MAPA, Antônio Maciel Botelho Machado –  
 16 EMBRAPA, Dante Danilo Macedo – DFDA-PR/SEAD, Sérgio Augusto Guariente –  
 17 EMATER, Thamisis Camila Piaskowski – CONAB, George Hiraiwa – SEAB, Adelar Motter  
 18 – IAPAR, Cláudio Palozi – ALEP. **Faltas justificadas:** SETI, FETAEP, Representante da  
 19 Juventude, SEMA/IAP. **Faltas sem justificativas:** CEAGRO, SEED, SEJU, AMP, APPA,  
 20 ARCAFAR, FEPEPAR, Fórum de ATER, Representante dos Quilombolas, Rede de  
 21 Colegiados Territoriais, Rede Puxirão, Representante das Mulheres, SICREDI,  
 22 UNICAFES. Como **Convidados:** Valmir Zen – INCRA, Richard Golba – EMATER, Márcio  
 23 Challiol - Associação Gebana (suplente da Câmara de Agroecologia e Agricultura  
 24 Orgânica), Júlio Carlos Vieira Silva – Emater, Carlos Roberto Bittencourt – SEAB, Tobias  
 25 Prando – SEPL, Ivo Melão – CPRA, Michele Cunha – ALEP, Luiz Tomachesk – CRESOL,  
 26 Márcio da Silva – SEAB. Compôs a mesa o Presidente do Cedraf George Hiraiwa e a  
 27 Secretária Executiva do conselho Miriam Fuckner. **Item 2. Abertura e aprovação da**  
 28 **pauta:** O Presidente George fez a abertura da reunião apresentando-se aos conselheiros,  
 29 em seguida, justificando a necessidade de ausentar-se, passou a condução da reunião  
 30 para a Secretária Executiva do conselho. Inicialmente **Miriam Fuckner** solicitou aos  
 31 conselheiros que se auto apresentassem ao novo Presidente do Conselho. Após expôs a

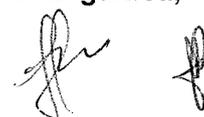
32pauta e informou que foi solicitada, pela SEAB, a inclusão de um item para apresentação  
33de Emenda Parlamentar para Aquisição de Maquinas, e pelo INCRA, a apresentação do  
34imóvel fazenda Jangadinha, o que foi aprovado pela plenária. **Item 3. Aprovação da ata**  
35**da 81ª Reunião do CEDRAF:** a qual foi enviada anteriormente por meio eletrônico, foi  
36aprovada por unanimidade. **Item 4. Informes da Secretaria Executiva do CEDRAF:**  
37**Miriam** informou que os representantes da SETI, FETAEP, Juventude e SEMA/IAP,  
38justificaram ausência tanto do conselheiro titular como do suplente. **Item 5. Informes do**  
39**Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF:** Tendo em  
40vista o Presidente do CEDRAF ter se ausentado da reunião, Miriam incluiu neste item a  
41pauta solicitada pela SEAB: **Apresentação da Emenda Parlamentar para Aquisição de**  
42**Máquinas: Richardson de Souza da SEAB,** apresentou o projeto proposto pela emenda  
43parlamentar/MAPA – Bancada do Paraná nº 71170002/2018 – Para Aprovação “Ad  
44Referendum”, incluído no SICONV nº 053183/2018. O objetivo do projeto é a aquisição de  
45máquinas para adequação, manutenção e melhorias de estradas rurais, em apoio ao  
46escoamento da produção agropecuária de pequenos e médios agricultores. Richardson  
47mencionou o decreto no qual foi delegada à SEAB a responsabilidade para coordenar as  
48ações voltadas à recuperação das estradas rurais, o que anteriormente era  
49responsabilidade do DER. Richardson informa que serão adquiridas trezentas e quarenta  
50e cinco máquinas, que beneficiarão duzentos e noventa e sete municípios, sendo trinta e  
51quatro municípios beneficiados com caminhão basculante, três com caminhão comboio,  
52vinte com escavadeira hidráulica, quatorze com motoniveladora, trinta e três com pá  
53carregadeira, oitenta com retroescavadeira, vinte e dois com rolo compactador e noventa e  
54um com trator agrícola. Os municípios receberão os equipamentos através de Termo de  
55Convênio de cessão e uso. O valor total da emenda é de noventa e um milhões,  
56quatrocentos e cinquenta mil, com uma contrapartida da SEAB de mais de sete milhões. A  
57previsão é entregar os equipamentos no próximo ano, tendo em vista o período eleitoral.  
58**Sérgio Guarienti, da Emater,** destaca que houve uma inovação do processo, pois  
59costumeiramente as emendas parlamentares vêm diretamente para os municípios, agora  
60ficamos surpresos pelo volume que vem para o estado poder analisar de forma  
61participativa. O Estado, via SEAB, fará a gestão para operacionalizar a aquisição de forma  
62mais rápida, em vez de cada Prefeitura fazer um processo de aquisição em separado. A  
63proposta apresentada por Richardson da SEAB foi aprovada pela maioria, havendo quatro  
64abstenções. **Adelar Motter do IAPAR** manifesta que as emendas parlamentares como  
65são trabalhadas são um problema do modelo político. Normalmente são individuais,  
66pontuais e muito longe das necessidades da população. O representante da ALEP,  
67**Cláudio Palozzi,** fez referência ao projeto de lei 122/2018 que institui o plano estadual de  
68cultivo florestal. Este processo é decorrente de audiências públicas realizadas na  
69assembleia legislativa com todos os segmentos ligados ao setor de cultura de florestas.  
70Foram mais de trinta instituições envolvidas, entre elas a Emater, Instituto de Florestas,  
71OCEPAR, FAEP, FETAEP, Embrapa, Itaipu, Universidades, que formaram um colegiado  
72que estudou e organizou um relatório com orientações para formatar um processo de lei  
73que a assembleia pudesse aprovar. O projeto já tramitou na comissão de constituição e  
74justiça, onde foi aprovado após intenso debate. Foi encaminhado para a comissão  
75permanente de finanças, que solicitou um parecer da SEAB. Esse parecer será emitido  
76para posterior deliberação na comissão de finanças e depois na comissão da agricultura.  
77Se aprovado o Estado terá um ordenamento normatizado desse segmento considerado  
78importante na geração de emprego e renda, possibilitando o planejamento de políticas  
79públicas. O conselheiro referiu-se ainda ao fato de o Paraná ser considerado um dos  
80estados mais caros para se produzir em razão do pedágio que tem um custo absurdo. Foi  
81criada na ALEP uma frente parlamentar contra a renovação dos contratos do pedágio que  
82estão em vigência no estado desde mil novecentos e oitenta e oito, com vencimento em  
83novembro de dois mil e vinte e um, sendo que havia um movimento querendo renovar  
84automaticamente por mais vinte ou trinta anos. Foi feito um trabalho muito intenso, sendo  
85realizadas em todo o Estado várias audiências públicas, resultando na aprovação de um  
86projeto de lei que impede que o governo do estado faça qualquer renovação de contratos



87de pedágio ou aditivos ou que publique qualquer outro edital para concessão de rodovias  
88estaduais sem anuência da assembleia legislativa. **Item 6. Resultados do Programa**  
89**Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar: Miriam Fuckner** relatou que o projeto  
90é uma parceria entre SEDS, SEAB e EMATER, executado nos cento e cinquenta e seis  
91municípios que são prioritários para o Programa Família Paranaense. A meta é de atender  
92cinco mil e seiscentas famílias até junho de dois mil e dezenove com investimento  
93aproximado de quinze milhões, sendo os recursos para repasse exclusivo às famílias  
94beneficiadas. O projeto iniciou em dois mil e quinze, e até maio deste ano, foram  
95beneficiadas com o repasse de ao menos uma parcela, três mil cento e oitenta e oito  
96famílias. O recurso repassado é para ser utilizado em ações de abastecimento de água e  
97saneamento básico, produção de alimentos e projetos produtivos. Em dois mil e dezessete  
98as atividades principais de saneamento básico, apoiadas pelo projeto se referem à  
99proteção de fontes de água para consumo, construção de banheiros e fossas. Entre as  
100principais atividades agrícolas apoiadas destaca-se a avicultura, olericultura, leite e suínos.  
101Entre as atividades não agrícolas destacam-se panificação, equipamentos para prestação  
102de serviços e costura. Miriam explica que durante a execução do Programa foram feitos  
103alguns ajustes, visando incluir o maior número possível de famílias, ente eles a retirada da  
104DAP como critério de acesso ao programa e a equalização do recurso repassado de três  
105mil reais para todas as famílias com renda declarada no CADÚNICO de até cento e  
106setenta e oito reais. Relata ainda que visando o atendimento às famílias vulneráveis, foi  
107firmado Acordo de Cooperação Técnica entre SEAD, MDS, SEAB e Emater, para atender  
108um mil e trezentas famílias, em cinquenta municípios, através do Programa de Fomento às  
109Atividades Produtivas, que faz o repasse de dois mil e quatrocentos reais para cada  
110família iniciar um projeto produtivo. **Claudio Marques**, da Câmara de Agroecologia,  
111questiona se existe a possibilidade de ampliar o projeto para além de 2019 e Miriam  
112responde que o recurso é oriundo do convênio do Estado com o Banco Mundial, e até o  
113momento não existe nenhum indicativo de que o prazo poderá ser ampliado. **Sergio**  
114**Guarienti** complementa que a operacionalização do programa nos municípios tem sido  
115realizada pela Emater com uma forte parceria de outras instituições, especialmente as  
116prefeituras municipais, que inclusive disponibilizam técnicos para executar o Programa  
117Renda Agricultor. **Dant Macedo** da **SEAD** lembra que na demanda de ATER enviada à  
118ANATER consta o atendimento a famílias em extrema pobreza. Em contato com a SEAD,  
119em Brasília, foi informado que a demanda ainda está sendo organizada para ser enviada.  
120**Amadeu Bonato** do **DESER** relata que, quando a Emater se volta para este trabalho que  
121objetiva dar um impulso às famílias vulneráveis, isto desmistifica a lógica do “sul  
122maravilha” e que a pobreza está localizada somente no norte e nordeste. Questiona se  
123tem recurso para custeio das ações e Miriam responde que nenhum dos dois programas  
124tem recurso para custeio e as atividades de capacitação junto às famílias são realizadas  
125com recursos do PRORURAL. Amadeu provoca o CEDRAF para promover um debate  
126sobre a questão da inclusão social da agricultura familiar e camponesa. **Item 7.**  
127**Alterações na Operacionalização do Crédito Fundiário: Márcio da Silva** relata que a  
128praticamente um ano atrás o ex-MDA, atual SEAD, suspendeu o Programa de Crédito  
129Fundário para fazer reformulações que agora estão em fase de finalização. Márcio Silva  
130apresenta o programa explicando que o mesmo é complementar ao de Reforma Agrária  
131executado pelo INCRA, uma vez que financia imóveis rurais que não possam ser  
132desapropriados. No âmbito nacional é operacionalizado pela SEAD, por meio da  
133Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, e nos estados pela Unidade Gestora  
134Estadual que funciona nas delegacias. Como no Paraná a UTE continuará funcionando, as  
135duas estarão trabalhando juntas, em parceria, com as demais entidades que executam o  
136Programa, ARCAFAR, FETAEP, FETRAF, EMATER. Essas são as quatro entidades que  
137tem credencial para cadastrar técnicos e executar o programa. Márcio apresenta algumas  
138informações referentes ao desempenho do programa, destacando que em dois mil e  
139dezesseis o Paraná ficou posicionado em quarto lugar, na classificação nacional,  
140beneficiando oitenta e três famílias, número bem posicionado no ranking nacional, mas  
141muito pequeno para o potencial do estado. Em relação ao número de contratos o Paraná



142ficou em segundo lugar com cento e quatro contratos. Em dois mil e dezessete teve a  
143paralisação no meio do ano, mas os números já vinham diminuindo em função do teto  
144muito defasado, à época oitenta mil reais. Ainda assim o estado ficou classificado em  
145terceiro lugar em número de famílias e segundo em número de contratos. Em relação a  
146área foram adquiridos em torno de vinte e um mil hectares, sendo que a área média por  
147família beneficiada gira em torno de seis hectares. O valor dispendido até hoje pelo  
148programa é cerca de duzentos e cinquenta e três milhões de reais. A rede de apoio, que  
149está passando por uma reformulação, formada por todas as entidades e técnicos  
150cadastrados no sistema chamado S-Rede, que é o sistema de rede do crédito fundiário,  
151está fazendo um novo cadastramento. Até o momento, a maior equipe era composta  
152pelos técnicos do EMATER com cento e cinquenta e sete técnicos, o que diminuiu porque  
153boa parte saiu no PDV; a FETAEP com setenta e três técnicos credenciados, a FETRAF  
154com vinte e sete, a ARCAFAR com sete e a COOPERIGUAÇU um técnico. Cinquenta e  
155seis por cento dos municípios do Paraná não tem técnico credenciado para atuar no  
156crédito fundiário. Então, se aparecer uma demanda a área não terá atendimento, e o  
157desafio é ampliar a rede de apoio tanto em novas entidades quanto em abrangência  
158geográfica. Em relação às linhas de apoio no Paraná existia o combate a pobreza rural o  
159CPR pra agricultores inscritos no CADÚnico, com uma condição de renda a patrimônio  
160inferior, com juros diferenciado e as demais condições iguais. Outra linha que era para o  
161jovem, o Nossa Primeira Terra também com juros diferenciados, e a consolidação da  
162agricultura familiar, a linha que mais foi operada em números de contratos. Na nova  
163proposta do crédito fundiário, o nome passa a ser PNCF Social, que não vai ter mais no  
164Paraná e em outros estados, apenas na área da Sudene e no norte do Brasil vai ter essa  
165linha, continuando com meio por cento ao ano para quem está no CADUNICO; a linha  
166jovem nossa primeira terra não terá mais no Brasil inteiro; a linha consolidação da  
167agricultura familiar passa a ser "PNCF Mais" com aumento de juros de dois pra dois e  
168meio por cento. Foram reajustadas as condições de renda e patrimônio, que anteriormente  
169era trinta e sessenta, passou a ser quarenta e oitenta mil reais, sendo que as demais  
170permanecem iguais. Outra linha chamada de "PNCF Empreendedor", com risco bancário  
171ainda não está ativa porque o Banco do Brasil ainda não decidiu se vai entrar neste  
172negócio. O limite de crédito subiu de oitenta para cento e quarenta mil reais e o prazo de  
173financiamento aumentou de vinte para vinte e cinco anos mantendo a carência de trinta e  
174seis meses. Em relação à câmara técnica a constituição atual foi atualizada em dois mil e  
175quinze, mas sempre tiveram dificuldades para se reunir e manter o quórum, lembrando  
176que a câmara técnica tem a responsabilidade de avaliar as propostas. Naquela ocasião as  
177entidades que se apresentaram e participam sempre são a Delegacia SEAD, EMATER,  
178FETAEP, FETRAF e SEAB. A ARCAFAR, CRESOL, FAEP, IAP, INCRA e UNICAFES se  
179manifestaram e indicaram os representantes, mas nunca participaram das reuniões, e pelo  
180regimento da câmara já estariam automaticamente desligadas, por terem faltado seis  
181reuniões alternadas ou três consecutivas sem justificativa. **Miriam** informa ter repassado o  
182comunicado da Câmara a todas as entidades, mas que não obteve resposta, lembrando  
183que a ARCAFAR está com uma situação financeira difícil e por isso nem sempre pode  
184participar. O conselheiro representante da **CRESOL** manifesta que a entidade está  
185indicada, porque por um tempo tinham técnicos credenciados, mas atualmente não  
186executam mais essa atividade, por isso esta participação deve ser revista. **Rogério** do  
187**INCRA** irá verificar quem é o representante e que alguém deverá participar. **Dant Macedo**  
188da **SEAD** manifesta que com a existência da UGE atuarão mais fortemente no crédito  
189fundiário, com a expectativa de estarem agindo UGE e UTE em parceria, se ajudando  
190mutuamente e ampliando o número de pessoas envolvidas no processo. **Miriam Fuckner**  
191propõe como encaminhamento enviar aos dirigentes de todas as entidades que compõem  
192a Câmara, renovando o convite e solicitando uma nova indicação e recondução dos  
193representantes. **Item 8. Proposta de Minuta de Decreto para regulamentação da Lei**  
194**17.190/2012 que dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção**  
195**agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná: Claudio**  
196**Marques**, representante titular da **Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica**,



197relata que debatem, já há algum tempo, a proposição de uma política de estado para a  
198agroecologia e produção orgânica e que a minuta que está sendo apresentada foi  
199elaborada pela Câmara e pela Comissão de Produção Orgânica do Paraná, instituída pelo  
200MAPA. Essa minuta regulamenta a **Lei 17.190/2012**, que dispõe sobre incentivos a  
201implantação de sistemas de produções agroecológicas e orgânicas pelos agricultores  
202familiares do estado do Paraná. Propõe a instituição de uma “Política Estadual de  
203Agroecologia e Produção Orgânica”, aos moldes de Estados como SP e RS que já  
204instituíram suas políticas estaduais, e também atende aos requisitos e pressupostos da  
205Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de  
206Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) em vigor. Em dezembro de dois mil e  
207quinze a Câmara entregou ao então Secretário Norberto Ortigara uma proposta de Lei que  
208criasse uma política estadual de agroecologia e produção orgânica. Em dois mil e  
209dezesseis o Secretário encaminhou essa proposta para ser analisada pelo departamento  
210jurídico da SEAB, o qual propôs que em vez de ser criada outra lei, fosse regulamentada a  
211Lei 17.190/2012. Assim, em dois mil e dezessete a Câmara criou um grupo de trabalho  
212específico para trabalhar nessa proposta, que após muitas reuniões e debates, aprovou a  
213minuta final que agora é apresentada no CEDRAF. Não se pretende entrar na discussão  
214de item por item, porque este produto é coletivo, aprovado por consenso entre os dois  
215fóruns, a Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica do CEDRAF e a CPOrg. A  
216expectativa é que o CEDRAF possa referendar essa proposta que a Câmara trabalhou e  
217que inclusive já entregou oficialmente ao Secretário da Agricultura. Essa proposta foi  
218encaminhada a todos os conselheiros, por e-mail, assim será apresentado apenas um  
219resumo da minuta, com destaque para algumas questões. Claudio destacou a quem serão  
220dirigidas as ações da política estadual (PEAPO), suas diretrizes e instrumentos, a rede de  
221gestão compartilhada, as instâncias de gestão da PEAPO e composição do Comitê  
222Gestor. Essa proposta será apreciada pela assessoria jurídica da SEAB para somente  
223depois ser encaminhada para a Casa Civil para análise e depois para assinatura da  
224governadora. **Sérgio Guarienti - Emater** destacou a iniciativa e o fato de o trabalho estar  
225avançando na legislação, uma vez que isto vai consolidando técnica e financeiramente as  
226ações em agroecologia. Solicita esclarecimento quanto ao processo de gestão, uma vez  
227que a Câmara de Agroecologia é um órgão do CEDRAF e, no seu entendimento, quem  
228faria a gestão seria o Conselho. A Câmara apoia o CEDRAF que é o órgão que toma as  
229decisões, então Sérgio sugere outra redação, indicando que o CEDRAF, através da  
230Câmara de agroecologia, fará a gestão. Porém é necessário analisar a lógica do todo que  
231foi discutido na Câmara. **Amadeu Bonato - DESER** se manifesta em acordo, entendendo  
232que a câmara técnica não pode deliberar sem antes consultar o CEDRAF. Questiona  
233também sobre quem irá deliberar sobre o Plano Anual, e quem irá indicar os  
234representantes da sociedade civil no Comitê Gestor. Cláudio responde que a Câmara  
235deliberaria sobre o plano e os representantes da sociedade civil, para o comitê gestor,  
236sairiam dentre as entidades que compõem a Câmara, e Amadeu reforça o aspecto de a  
237câmara não poder deliberar. Miriam chama a atenção para a necessidade de se observar  
238no regimento do CEDRAF, qual é o papel das câmaras técnicas. **Melão** manifesta que a  
239proposta apresentada pelo Sérgio e as observações feitas pelo Amadeu são pertinentes.  
240Destaca, porém, que o Programa Paraná Agroecológico também possui um Comitê Gestor  
241e as ações que são executadas pelo mesmo não tem sido apreciadas e ou deliberadas  
242pelo CEDRAF. **Bernardo Vergopolen** da **FETRAF** manifesta que o CEDRAF necessita  
243evoluir passando a ser mais deliberativo e menos homologador nas questões. Como  
244encaminhamento da questão o CEDRAF irá encaminhar à SEAB a nova redação proposta  
245em relação à gestão da PEAPO, sendo que as demais questões foram acatadas. **Item 9.**  
246**Assuntos Gerais: 1) Apresentação e deliberação sobre o processo de aquisição de**  
247**terras, pelo INCRA - imóvel fazenda Jangadinha**, situada no município de Cascavel:  
248**Valmir Zen** do INCRA informa que legalmente todo imóvel adquirido pelo INCRA tem que  
249passar por audiência pública de compra e venda. Este processo, de número  
25054200.000570/2016-48, se refere a uma oferta na região de Cascavel que é o imóvel  
251Jangadinha que tem o mesmo nome do assentamento que será ampliado. Está sendo

252adquirido do mesmo proprietário, João Raul Colpo, um imóvel de cento e sessenta e cinco  
253hectares, que fica a vinte e dois quilômetros da sede do município, na região da Colônia  
254Rio da Paz. O Projeto de Assentamento Jangadinha está circundando a área que está  
255sendo ofertada, por isso seria uma ampliação do projeto. Ela não foi adquirida na época  
256em que foi criado o projeto de assentamento, pelo fato de que a matrícula não estava  
257ratificada, impossibilitando a aquisição. Quanto ao aproveitamento do imóvel, verifica-se  
258uma grande faixa de vegetação nativa, representando quase cinquenta por cento do  
259imóvel e apesar disso verifica-se um passivo ambiental de aproximadamente quatro  
260hectares de preservação permanente, que resulta em torno de vinte e sete mil reais já  
261deduzidos na avaliação. O relevo foge do padrão de Cascavel, sendo ondulado, com  
262declividade e pedregoso. As benfeitorias são das famílias que já estão no imóvel há mais  
263de doze anos. O valor total do imóvel é dois milhões, oitocentos e vinte e um mil,  
264quinhentos e doze reais e dezenove centavos, com capacidade para assentar oito  
265famílias. **Dant Macedo** questiona se a matrícula que está sendo apresentada já está  
266ocupada por trabalhadores e Valmir responde afirmativamente, informando que são  
267representantes do MST que já ocupam a área há mais de doze anos, produzindo,  
268comercializando, sobrevivendo da área. A proposta apresentada foi aprovada por  
269unanimidade. 2) – **Demandas de ATER – Sergio Guarienti, da Emater** esclarece que a  
270gestão da Política Estadual e a Nacional de ATER deve ter uma participação maior do  
271CEDRAF. É necessário fazer isso no Paraná e o governo federal também precisa  
272reconhecer neste conselho um papel de gestor e não apenas operacional para o  
273cadastramento de entidades de ATER. A EMATER concluiu todas as chamadas públicas  
274que estava envolvida, a última foi em maio/2018. Nesse ano foi iniciado o primeiro trabalho  
275com a ANATER, um projeto piloto, no Norte Pioneiro, com mil famílias produtoras de café.  
276A ANATER consultou recentemente em dois projetos: o Mais Gestão que é para  
277assessorar cooperativas e associações, e outro para assistir famílias produtoras de  
278tabaco. A EMATER oficializou para a ANATER o interesse, mas para nenhuma das duas  
279propostas concluiu a negociação e apresentou o projeto ainda. Outra demanda que a  
280ANATER ofereceu foi recurso para capacitação de extensionistas da ATER oficial, mas  
281neste caso ele vê a possibilidade de fazer um processo integrado. Foi encaminhada uma  
282proposta preliminar, mas ainda não se obteve resposta. **Amadeu Bonato do DESER**  
283informou que foi publicada uma chamada publica pela ANATER no programa de  
284diversificação do programa cultivo de tabaco com quatro lotes dois no Rio Grande do Sul  
285dois em Santa Catarina e nenhum no Paraná. Em reunião do Comitê de ATER do  
286CONDRAF, o DESER participou com outras entidades e denunciou a exclusão do Paraná  
287da chamada da diversificação em área de tabaco. É obvio que a EMATER vai dar  
288continuidade no trabalho com as famílias as quais assistiu anteriormente, até porque a  
289política de ATER define um processo de ação continuada, mas as mil e duzentas famílias  
290que o DESER atendeu junto com o ICAF, vão ficar a “ver navios”. Informa que foi  
291retomado o projeto, inicialmente com quatro mil famílias, depois reduziu para três mil cento  
292e sessenta. Saiu a chamada de agroecologia e são seis mil famílias para o Brasil,  
293nenhuma para a Região Sul, chamada para dois mil e quinhentos jovens, ainda vai sair  
294chamadas para leite, quilombolas e indígenas. O Mais Gestão ficaria uma parte com a  
295Emater e outra para as entidades privadas. Pela lei da ANATER as EMATER's tem  
296prioridade na escolha das chamadas, porém **ele** discorda do critério da prioridade, que é  
297para cada lote, sessenta por cento para a EMATER e quarenta por cento para iniciativa  
298privada. Isso não está escrito em lugar nenhum na lei e precisamos discutir como que se  
299dará essa priorização aqui do Paraná. Ou avançamos neste debate ou vamos ficar em  
300“briga” permanente. A ANATER tem duzentos e trinta e dois milhões para esse ano, está  
301se pleiteando trezentos para o ano que vem. Amadeu faz uma proposta de  
302encaminhamento para o CEDRAF: fazer um debate na Câmara de ATER sobre como  
303conduzimos o levantamento da demanda, criação de sistema, para sermos proativos. Em  
304relação as futuras chamadas que aparecerão, a Câmara e a EMATER, que tem um papel  
305fundamental de articular a ATER, deve assumir e construir acordos, e fazer com que as  
306ações de ATER aqui do Paraná sejam mais efetivas a partir da complementaridade entre

307as entidades. Amadeu informa ainda que vai ocorrer esse ano uns cinco seminários,  
308macrorregionais, para debater sobre a Política de Ater, com sessenta participantes em  
309cada um, agora em agosto e em novembro o seminário nacional para definir como  
310funcionaria a questão de Ater. **Dant Macedo - SEAD** declara que não tinha conhecimento  
311destes acontecimentos denunciando que a própria SEAD/Brasília e ANATER não  
312repassam informações para a delegacia. Entende que para minimizar estas questões a  
313Câmara necessita se reunir e deliberar sobre os assuntos, fechando questão e informando  
314a ANATER e SEAD e se vier coisa diferente, não terá o apoio do CEDRAF. Concorde com  
315a realização de uma reunião da câmara urgente para entender com mais profundidade  
316isso que foi apresentado pelo Guarienti e pelo Amadeu. **Bernardo da FETRAF** manifesta  
317que precisa sair com esse encaminhamento e destaca sobre a importância de motivar e  
318capacitar os técnicos novos que ingressam na Emater, para trabalharem com  
319diversificação e agroecologia. Sugere uma integração de todos os GT's, formando um  
320fórum ampliado, para dar maior peso às demandas. Miriam reforça que será realizada a  
321reunião da Câmara de ATER e que trará os encaminhamentos na próxima reunião do  
322CEDRAF. **3) Maciel da EMBRAPA** informa que o Representante da Rede Puxirão,  
323declarou que está com dificuldades para vir às reuniões do CEDRAF. Refere-se à votação,  
324em caráter de extrema urgência, do projeto de lei dos agrotóxicos (conhecido como PL dos  
325venenos), o que é preocupante, pois são conhecidos todos os problemas causados pelo  
326uso dos agrotóxicos. Sugere ao CEDRAF se pronunciar contrariamente, somando-se às  
327demais entidades da agricultura familiar, que estarão em Brasília em uma luta contra esse  
328PL. Claudio Marques informa que a Câmara de Agroecologia está elaborando um  
329documento para apresentar, mas que não conseguiram terminar o mesmo em tempo de  
330trazer para o plenário. **Miriam** sugere que assim que o documento esteja pronto seja  
331encaminhado à Secretaria Executiva, o qual será enviado em nome do CEDRAF. Sugere  
332ainda que cada instituição que faz parte do conselho, e que tem interesse, se posicione  
333também. **Item 10. Encerramento:** Sem mais nada a declarar a reunião foi encerrada  
334agradecendo a presença dos conselheiros e demais participantes. Eu Miriam Fuckner,  
335Secretária Executiva, redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e  
336aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF.

337

338

339Miriam Fuckner

340Secretária Executiva do CEDRAF

  
George Hiraiwa  
Presidente do CEDRAF.

